

PRIVATIZAÇÃO

Rateio entre investidores

Trabalhadores que usaram o FGTS para comprar ações da Eletrobras receberão 66% do valor pretendido

» MICHELLE PORTELA

Investidores que utilizaram recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra das ações da Eletrobras vão receber 66,79% do valor que reservaram, de acordo com comunicado da estatal ao mercado, divulgado ontem. O rateio foi necessário para garantir ações a todos, já que a busca foi maior do que a fatia reservada a este público.

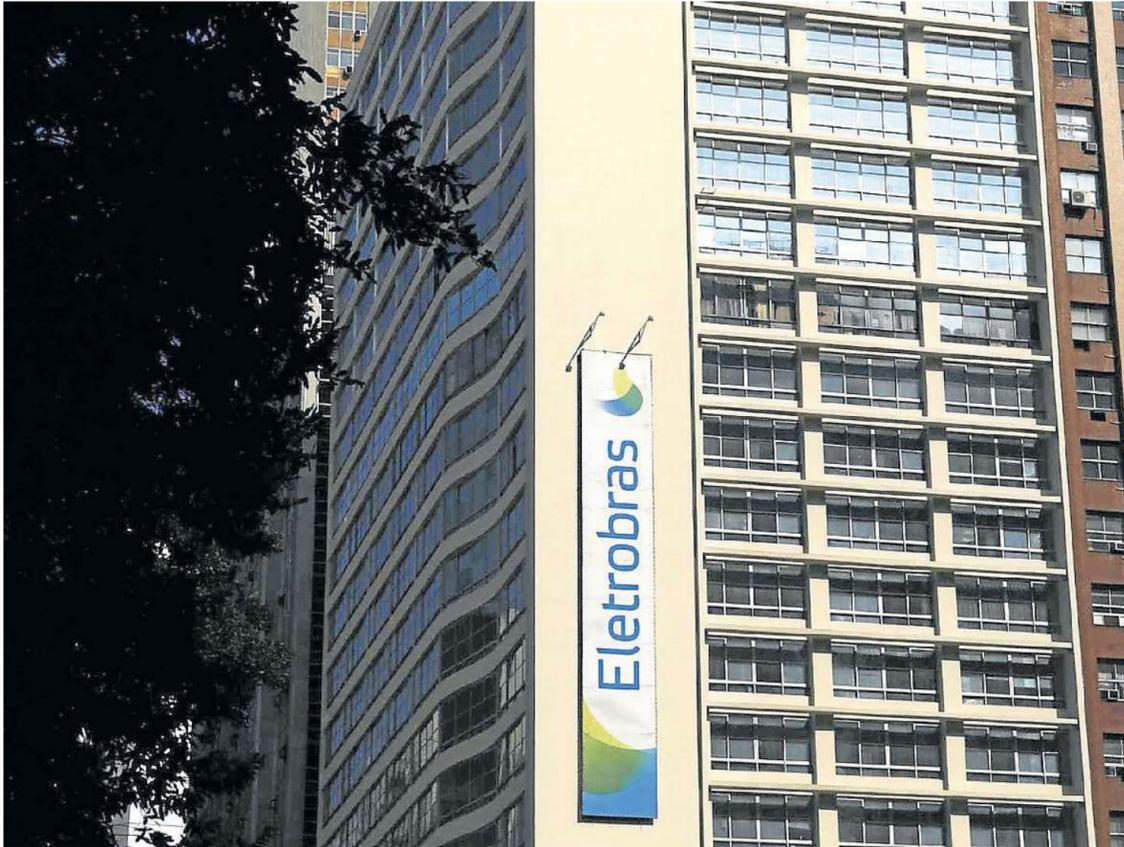
As intenções de compra foram de R\$ 9 bilhões, mas o governo havia estabelecido um limite máximo de R\$ 6 bilhões do FGTS para a compra de ações no processo de privatização da estatal. Cada trabalhador podia usar até 50% do saldo em conta do FGTS para participar da rodada de investimentos. Pelo menos 370 mil pessoas fizeram reserva para compra de ações por meio dos Fundos Mútuos de Privatização da Eletrobras.

O trabalhador deverá respeitar uma carência mínima de 12 meses antes de poder retornar os recursos ao FGTS. Entretanto, mesmo durante esse prazo, os valores aplicados poderão ser resgatados nas hipóteses de demissão; aposentadoria; falecimento; uso para moradia; período de três anos sem registro em carteira; doenças graves; quando o trabalhador completa 70 anos; ou em caso de calamidade pública.

Para quem comprou as ações sem usar o FGTS, a negociação dos papéis está marcada para estreitar na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), na próxima segunda-feira. O preço fixado na oferta pública foi de R\$ 42 por ação. Ontem, no entanto, os papéis da Eletrobras fecharam em baixa na bolsa. As ordinárias caíram 4,74%, fechando a R\$ 41, e as preferenciais recuaram 6,59%, para R\$ 39,70, valores abaixo do precificado na oferta de privatização.

Segundo analistas, a queda é pontual. “Investidores que não estão confortáveis com esse preço, e os que duvidam das projeções de ganho de 20% neste ano mostram desconforto e vendem

Eletrobras/Divulgação



Intenção de compra com recursos do fundo somou R\$ 9 bilhões, superando o teto de R\$ 6 bilhões estabelecido pelo governo

os papéis”, avaliou Simone Pasiannotto, economista-chefe da Reag Investimentos.

A oferta primária de novos papéis da Eletrobras foi de 627,7 milhões de ações, mas pode haver colocação secundária de 69,8 milhões de papéis em poder do BNDESPar. Embora ainda não definido, o mercado espera ainda oferta suplementar correspondente a 15% do volume inicial.

“Não houve surpresa na precificação. O que foi revelador é o interesse de grandes e conceituados fundos na aquisição da empresa que tem posicionamento privilegiado no setor elétrico

brasileiro. É uma privatização que fica como destaque para a história”, disse João Beck, economista e sócio da BR Advisors.

Caixa

A Caixa informou que iniciou, ainda na quinta-feira, o processamento dos débitos nas contas do FGTS dos trabalhadores que reservaram recursos para compra de ações da Eletrobras. “Os valores das contas de FGTS a serem efetivamente aplicados em FMP-Elet foram calculados observando o índice de rateio, e serão transferidos para as

administradoras de fundos mútuos de privatização autorizadas pelos trabalhadores”, diz o comunicado.

O banco orienta o trabalhador a consultar o extrato por meio do App FGTS, na opção Meu FGTS. “A liquidação da oferta está prevista para 14 de junho. Quando da operacionalização dos débitos das contas de FGTS, os valores não utilizados na aplicação serão desbloqueados”, acrescentou a Caixa.

A oferta pública da Eletrobras movimentou R\$ 29,29 bilhões, mas o valor total poderá chegar a R\$ 33 bilhões com a venda do

lote suplementar. Com a emissão de novas ações, que ficaram com investidores privados, a participação do governo no capital de companhia deve cair de 72% para cerca de 45%, acabando com controle estatal na empresa.

O mercado, de acordo com o professor da Unisinos, Roberto Decourt, está otimista. “Mesmo com o governo continuando como acionista mais relevante, acredita-se que a Eletrobras conseguirá ser mais eficiente e, assim, ter uma melhor rentabilidade, o que valorizou as ações neste ano, mesmo com o aumento global do custo de capital”, avaliou.

INFLAÇÃO

Empresários defendem redução de impostos

» CRISTIANE NOBERTO

Para que os alimentos fiquem um pouco mais baratos, a indústria alimentícia sugere a redução temporária de impostos sobre a cadeia produtiva como um todo que tem uma carga tributária “das mais altas do mundo”. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), “a alta dos preços dos alimentos não é apenas uma questão do mercado brasileiro”.

A reportagem questionou a associação, que representa as maiores indústrias alimentícias do Brasil, após o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugerirem, na última quinta-feira, o congelamento temporário dos preços e a redução das margens de lucro no setor para segurar a disparada da inflação. O apelo foi feito em evento promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abrsas).

A Abia justifica que, após mais de dois anos de sucessivas altas nos custos de produção, a capacidade de a indústria de alimentos absorver custos é limitada. Segundo eles, as matérias-primas, embalagens e energia representam 60% do custo de produção dos alimentos, que subiu durante o período. A saída, então, seria redução de impostos.

“É fundamental — e urgente — a adoção de medidas governamentais para ampliar a disponibilidade de matérias-primas essenciais à produção de alimentos. A redução temporária no imposto de importação de materiais de embalagens e

insumos, como o óleo de palma, podem contribuir para garantir o abastecimento interno, minimizar o impacto nos custos de produção e no valor final dos alimentos”, disse a associação em nota enviada ao Correio.

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também discordeia que o peso deva recair apenas sobre a cadeia produtiva. Em discurso durante sua participação no 2º Encontro do Conselho Nacional do Poder Legislativo Municipal das Capitais (Conalec), realizado em João Pessoa (PB) ontem, o senador afirmou que congelar os preços da indústria não é “o caminho”, mas as empresas do setor devem entender sua responsabilidade social.

“O que eu acho que ele (Bolsonaro) reivindicou e suplicou foi, realmente, a responsabilidade social de todos os brasileiros. Na sua atividade coletiva, ninguém obviamente pretende sacrificar o lucro, nem acredito também no congelamento de preços. Não é esse o caminho, mas a consciência de que nós temos que buscar também uma posição social de todas as empresas neste momento”, disse.

Pacheco ainda reforçou que “todos têm responsabilidade de fixar preços que sejam justos”, com lucros, “mas não lucros abusivos”. “Neste momento de civilidade e de respeito com o problema do Brasil, que é o problema dos dois dígitos: juros a dois dígitos, inflação a dois dígitos e, em alguns lugares, a gasolina a dois dígitos”, frisou.

Minervino Jnior/CB/D.A. Press



Após apelo de Bolsonaro por lucros menores, indústria de alimentos reclama da alta carga tributária

EUA: maior carestia em 41 anos

» RAFAEL PATI*

A divulgação de que o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) dos Estados Unidos subiu 1% em maio, alcançando 8,6% num período de 12 meses — o maior nível desde dezembro de 1981 — provocou um terremoto nos mercados. No Brasil, o dólar voltou a subir e encostou nos R\$ 5. Com alta de 1,49%, a moeda foi cotada a R\$ 4,988 no fechamento. E a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve nova baixa, desta vez de 1,51%, refletindo a fraqueza do mercado de Nova York, onde o índice Dow Jones recuou 2,73%.

Segundo analistas, a inflação recorde nos EUA deve levar o Federal Reserve (Fed), o banco

central norte-americano, a intensificar a alta das taxas de juros no país, o que teria reflexos no mundo todo e impacto em economias emergentes, como o Brasil. O economista Felipe Queiroz, da Universidade de Campinas (Unicamp), explicou que haveria uma fuga de investidores de países emergentes. Com isso, o Banco Central do Brasil seria pressionado a elevar ainda mais a taxa Selic, que está hoje em 12,75% ao ano, para segurar os capitais investidos no país.

Nos EUA, os juros básicos estão entre 0,75% e 1% ao ano. “Se o Fed aumentar as taxas, isso afetará também a taxa de câmbio, pressionando a inflação e os juros por aqui”, disse Queiroz.

Apesar da inflação recorde, o nível de confiança dos investidores na economia dos EUA ainda é alta, devido ao dólar ser amplamente utilizada no mundo inteiro. O economista-chefe da Gladius Research, Benito Salomão, reforçou que a alta dos juros nos EUA tende a atrair capitais do mundo todo, mas disse não acreditar que o Fed continuará com aumentos sucessivos da taxa. Na visão dele, o FED se encontra em uma encruzilhada, visto que juros muito altos poderiam desencadear em uma recessão na economia norte-americana.

*Estagiário sob a supervisão de Odaíl Figueiredo

OCDE

Entidade vai avaliar ingresso do Brasil

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concede aval para que o Brasil e outros quatro países possam ingressar no grupo, que reúne as economias mais industrializadas do planeta — desde que cumpram uma série de requisitos. Em reunião, ontem, em Paris, a entidade aprovou os “roteiros de acesso” de Brasil, Peru, Bulgária, Croácia e Romênia.

Esses roteiros representam um plano de adesão apresentado pelo país, que será avaliado por comitês da OCDE nos próximos anos, informou a Agência Brasil. “Com a aprovação do ‘roteiro de acesso’, caberá ao Brasil a redação de um ‘memorando inicial’ com informações sobre a convergência do país aos instrumentos normativos da organização”, informaram, em comunicado, o ministério da Economia, o das Relações Exteriores e a Casa Civil.

A nota conjunta explicou os passos a seguir. Agora, a OCDE examinará se as políticas de cada país cumprem as diretrizes da organização e propará ajustes, se necessário, até o processo de adesão plena. “Na sequência, terá início o exame das políticas e práticas nacionais pelos comitês temáticos da organização. Nessa fase, o Brasil terá a oportunidade de revisar políticas e iniciativas nacionais à luz das diretrizes e recomendações da OCDE”, esclarece o comunicado.

Para ingressar na organização, o Brasil precisa se adequar a 253 instrumentos normativos, regras e práticas relacionadas a várias áreas, como educação, meio ambiente, saúde, energia, combate à corrupção, entre outras. Ao aderir aos instrumentos, o país se compromete com as recomendações feitas pela organização nessas áreas.

Prazo

A entrada definitiva dos países com os planos de adesão aprovados levará pelo menos dois anos. O ingresso na organização dependerá, ainda, do consenso dos 38 países que compõem a OCDE. Recentemente, a França se manifestou contrária à pretensão brasileira devido à política do governo Bolsonaro para a área do meio ambiente.

Segundo os ministérios, o processo de adesão do Brasil à OCDE reforça “o compromisso do governo brasileiro com a modernização do Estado, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros”. De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o PIB brasileiro pode ter um incremento de 0,4% ao ano após a entrada na OCDE.

Por meio da rede social Twitter, o presidente Jair Bolsonaro comentou a aprovação do plano brasileiro de adesão à OCDE. Segundo ele, o processo consolidará parcerias benéficas para o país.

Delegado do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas em Paris, o diplomata Carlos Cozende também comentou a aprovação. Ele esclareceu que caberão aos comitês temáticos da OCDE definir critérios e examinar as políticas dos países candidatos.

A reunião na qual os planos de acesso à OCDE foram aprovados teve a presença do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guanays, representou o ministro Paulo Guedes no evento.